

CONEXÃO CULTURA DF: UMA REVISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL

Marcela Rossiter Lima Costa¹

Resumo

Em 2016, foi instituído o programa Conexão Cultura DF, voltado à promoção e difusão da Arte e da Cultura produzidas no Distrito Federal, além da circulação, distribuição e intercâmbio, nacional e internacional, de agentes, bens e serviços culturais e criativos. Pensado na perspectiva da cultura como eixo transversal para o desenvolvimento, o Conexão Cultura utiliza recursos do Fundo de Apoio à Cultura do DF (FAC), principal instrumento de fomento às atividades artísticas e culturais da Secretaria de Cultura do DF, e de outros fundos voltados para políticas culturais no território. A partir de fontes primárias (Diários Oficiais, entrevistas com gestores públicos e consulta a jornais), esta pesquisa busca contextualizar e resgatar a memória da elaboração do programa Conexão Cultura, bem como identificar os principais entraves para a sua execução e avaliação.

Palavras-chave: Conexão Cultura; políticas culturais; gestão cultural.

Abstract

In 2016, Conexão Cultura DF was established, a public policy aimed at promoting and disseminating art and culture produced in the Federal District (Brazil), as well as facilitating the circulation, distribution, and national and international exchange of cultural and creative agents, goods, and services. Designed with the perspective of culture as a cross-cutting axis for development, Conexão Cultura utilizes resources from DF's Cultural Incentive Fund (FAC), along with other funds dedicated to cultural policies in the region. Drawing from primary sources such as Official Gazettes, interviews with public officials, and newspaper research, this study aims to provide context and recover the memory of the development of the public policy, as well as identify the main obstacles to its implementation and evaluation.

Keywords: Conexão Cultura; Cultural policy; Cultural management.

Recebido em: 01/03/2024 | Aceito em: 01/05/2024.

¹ Bacharel em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em Internacionalização, Arte e Cultura pelo Centro Educacional Belas Artes de São Paulo. Email: rossitermarcela@gmail.com.

1. Introdução

A cultura pode ser entendida como o conjunto de valores, crenças, costumes, tradições e manifestações materiais e imateriais que caracterizam um grupo social. Ou seja, mais que apenas instituições culturais ou museus, a cultura engloba tudo aquilo que caracteriza um grupo. Já a internacionalização, de forma bastante simplificada, pode ser entendida como o processo de interação e intercâmbio entre diferentes culturas e países. As políticas públicas, por sua vez, são as ações e medidas adotadas pelos governos para alcançar determinados objetivos de interesse público.

As políticas públicas para a internacionalização da cultura buscam, em geral, promover a difusão da produção cultural do país, processo atravessado por inúmeras disputas políticas, o acesso a mercados estratégicos, a formação de agentes culturais de um país para outras partes do mundo, bem como o intercâmbio e a interação entre culturas distintas.

No Brasil, essas políticas têm sido objeto de estudo e análise por parte de pesquisadores e estudiosos da área, que buscam entender suas principais características, objetivos, resultados e desafios. Entre as principais questões levantadas por esses estudos estão a efetividade dessas políticas em termos de difusão e promoção da cultura brasileira no exterior, a relação dessas políticas com a política externa brasileira e com as demandas e necessidades da sociedade brasileira. No entanto, o debate sobre as políticas culturais no Brasil ainda carece de estudos sistemáticos capazes de acompanhar, mensurar e avaliar a atuação do Estado no campo cultural (Calabre, 2005).

Esta pesquisa busca contextualizar e resgatar a memória da elaboração do programa de internacionalização Conexão Cultura no Distrito Federal, bem como identificar os principais entraves para a sua execução e avaliação. Esse resgate, em conjunto com as referências teóricas, busca compreender a evolução dos estudos sobre políticas públicas para a cultura no Brasil, bem como a importância da reflexão sobre a internacionalização da cultura no contexto de crescente interconexão entre os países e de intensificação dos fluxos culturais transnacionais.

2. O estudo das políticas culturais no Brasil

Ao longo da história do Brasil, as políticas culturais têm sido marcadas por uma série de transformações e influências, refletindo os contextos políticos, sociais e ideológicos de cada período. Desde o século XIX, com a consolidação dos primeiros museus no país, até os dias atuais, várias foram as abordagens e estratégias adotadas em relação à preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro.

No Brasil, a origem dos museus remonta ao século XIX, período no qual se destacou o estabelecimento do Museu Real em 1818 por D. João VI, inicialmente destinado a abrigar uma coleção de História Natural. Ao longo da segunda metade desse século, foram fundados outros importantes museus no país, como o Museu Paranaense (1876), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e o Museu Paulista (1894). Tais instituições, incluindo o Museu Nacional (anteriormente conhecido como Museu Real), o Museu Paulista e o Museu Paraense, centravam-se na aquisição, pesquisa e exibição de coleções abrangendo aspectos naturais, etnográficos, paleontológicos e arqueológicos, a partir de uma abordagem enciclopédica.

Os museus de caráter enciclopédico prevaleceram até o início do século XX, quando a ascensão das teorias antropológicas, que contestavam os princípios evolucionistas, levou à transformação dessas instituições científicas em museus de cunho histórico. Nesse contexto, surgiu o Museu Histórico Nacional, em 1922.

Justamente na década de 1920, tanto os modernistas quanto os tradicionalistas manifestaram interesse na salvaguarda da arte colonial brasileira, culminando na criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais em 1934, como parte integrante do Museu Histórico Nacional, orientada por uma perspectiva nacionalista e patriótica.

Então, na década de 1930, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e a ascensão do Estado Novo, houve uma mudança significativa no papel do Estado em relação à cultura. A valorização do patrimônio cultural passou a ser incorporada ao projeto de construção nacional liderado pelo Estado, sendo o modernismo eleito como o estilo representativo da visão de Getúlio Vargas. Nesse contexto, a nomeação de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde Pública foi de grande relevância, dada sua influência política no governo de Getúlio Vargas e sua proximidade com os intelectuais modernistas.

Em 1936, Capanema incumbiu o escritor Mário de Andrade de elaborar um anteprojeto que delineasse a criação de um órgão dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico. Esse esforço culminou na estabelecimento do Serviço

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936, por meio da Lei nº 378, de 13/01/1937, integrando-se à estrutura do Ministério da Educação e Saúde.

Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) as políticas culturais brasileiras passaram a ser apresentadas como instrumentos de caráter pedagógico e “racionalizante”, para a preparação política sob o comando dos militares (Azevedo, 2016). Assim, por meio de um discurso aparentemente democrático e de liberdade, e de fortalecimento da “identidade nacional”, o controle do setor cultural foi utilizado como uma forma de legitimar e humanizar o regime. Nesse contexto, os meios de comunicação ganharam destaque como instrumentos de propaganda e controle ideológico da população - em um cenário no qual não apenas o regime era beneficiado, mas também os empresários dos meios de comunicação de massa.

Para atingir seus objetivos, os governos militares investiram em infraestrutura na área de telecomunicações e na criação de órgãos governamentais de cultura, o que permitiu consolidar a indústria cultural e o processo de institucionalização e regulamentação da cultura em nível nacional. Além disso, a Política Nacional de Cultura (PNC), criada em 1975, incentivou a criação de empresas e produtos culturais, como filmes, músicas e programas de TV, que eram voltados para um público cada vez mais amplo.

Se, por um lado, a PNC permitiu a criação de instituições culturais importantes e o fortalecimento da indústria cultural no Brasil, por outro, a política cultural também levou à crescente concentração de poder nas mãos de um pequeno grupo de empresários da mídia (Azevedo, 2016).

Com o fim da ditadura, na década de 1980, houve uma retomada do debate crítico sobre as políticas culturais no Brasil. Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura (MinC), antes Ministério da Educação e da Cultura, com o objetivo de formular e implementar políticas públicas para a cultura, e a Constituição de 1988 estabeleceu que a cultura é um direito de todos e dever do Estado.

Desde então, foram criadas diversas leis e programas de incentivo à cultura, como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei Rouanet, em 1991, e o Sistema Nacional de Cultura (SNC), emenda acrescentada à Constituição Federal em 2012.

A obra de José Teixeira Coelho Netto, “Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário” (1997), se destacou como uma referência importante para a compreensão do campo da cultura e das políticas culturais no Brasil. Nesse contexto,

considerava-se que as políticas públicas para a cultura desempenhariam um papel importante na promoção da diversidade cultural e no reconhecimento de diferentes práticas e valores culturais. Porém, para Coelho, as políticas culturais no Brasil eram ainda pensadas de forma fragmentada e sem uma visão de conjunto da cultura brasileira.

Ao elaborar um dicionário para as políticas culturais, o autor buscou pensar a política cultural como uma disciplina formada na interseção de especialidades, mas dotada de um “sistema central”, com definições próprias (Coelho, 1997). Ao final do dicionário, o autor ressalta:

A Política Cultural não é, ou não é mais, apenas um conjunto de iniciativas avulsas e ocasionais, não raro desencontradas e conflitivas, que buscam promover a cultura (ou cerceá-la, conforme o momento...). Para alcançar seus objetivos no cenário complexo de hoje, uma política cultural não tem como deixar de assumir uma forma tão precisa quanto possível; em outras palavras, deve erguer-se sobre uma estrutura. Uma estrutura definida porém não rígida: flexível, porque só assim poderá corresponder aos desdobramentos e meandros do processo cultural a que deve atender (Coelho, 1997, p. 384).

Na década de 1990, com a globalização e a intensificação dos fluxos culturais internacionais, surgiram novas perspectivas de análise, voltadas para a relação entre cultura e mercado. De acordo com Newbiggin (2014), foi nos anos 1990 que o termo “economia criativa” ganhou visibilidade a partir das análises do governo britânico sobre o impacto direto das indústrias criativas (moda, música, cinema, arquitetura, entre outras) na economia nacional (apud UNCTAD, 2022, p.17). Em consonância com esses debates, entre 2008 e 2010, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) também buscou algumas definições que fossem capazes de traduzir tanto a ideia de “economia criativa”, quanto a de “indústria criativa”.

Para a UNCTAD (2022), a economia criativa seria um conceito em evolução baseado em ativos criativos que poderiam gerar crescimento econômico e desenvolvimento, promovendo a geração de renda, a criação de empregos e a obtenção de receitas de exportação, ao mesmo tempo em que promoveriam a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano (UNCTAD, 2022, p. 18).

Assim, no Brasil e no mundo, as políticas culturais passaram a ser crescentemente pensadas sob uma lógica de mercado, visando a promoção da cultura no exterior e a atração de investimentos e turismo cultural. Nesse sentido, foram criados programas e projetos específicos para a internacionalização da cultura, sendo o Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, em 1991, e o Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural, em 2007, apenas alguns exemplos.

Nesse contexto, Isaura Botelho (2001) propôs uma reflexão sobre as dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas, destacando a necessidade de se considerar a complexidade e a diversidade cultural do país. Em seu artigo “As Dimensões da Cultura e o Lugar das Políticas Públicas”, ela argumentou que a cultura deveria ser vista como um fenômeno que se desenvolve em um contexto global, atravessado por fluxos e relações que transcendem as fronteiras nacionais, mas também por elementos locais. Ou seja, pensada não somente em termos de legislação e benefícios fiscais (sob uma lógica de mercado), mas também em termos da criação de mecanismos capazes de mapear os universos da produção e da recepção da cultura no país (Botelho, 2001).

Os estudos de Ana Letícia Fialho e Ilana Goldstein sobre a importância de estudos e pesquisas na formulação de políticas públicas para a cultura, e de Pablo Ortellado, Luciana Lima e Valmir de Souza, são recentes, e fundamentais, contribuições para a reflexão sobre as políticas culturais no Brasil.

Ortellado, Lima e Souza (2013) sugerem uma abordagem que aponta para uma tipologia de três gerações de políticas públicas na área da cultura: uma geração de formação da identidade e preservação do patrimônio, outra de intervenção e regulação econômica e, por fim, uma de produção e difusão cultural (Ortellado; Lima; Souza, 2013). Em uma tentativa de sistematização do campo das políticas culturais, os autores diferenciam as políticas de acordo com as ideologias estatais mais relevantes, apresentando-as como variantes ideológicas das políticas de produção e difusão cultural.

Acreditamos que, com isso, contribuímos para a agenda de pesquisa sugerida por Sculion e Garcia (2005, p. 122) que defendem que “a pesquisa em política cultural deve se desenvolver em três áreas interconectadas: a história e historiografia da política cultural; os princípios e estratégias da política cultural; e a [relação da] política

cultural com a teoria cultural e os estudos culturais” (Scullion; Garcia, 2005 apud Ortellado; Lima; Souza, 2013, p. 15).

No mesmo sentido, como destacado por Fialho e Goldstein (2012), estudos e pesquisas são fundamentais para a formulação de políticas públicas para a cultura. A partir de um conhecimento mais aprofundado sobre o setor cultural, é possível identificar suas demandas e necessidades e desenvolver políticas mais efetivas e adequadas. Além disso, esses estudos também podem ajudar a demonstrar a importância da cultura para o desenvolvimento social, econômico e humano, contribuindo para sua valorização e reconhecimento como um campo de política pública essencial.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a relação entre a cultura e a ideia de um mercado global de arte. Como apontado por Fialho (2019), esse mercado é marcado por desigualdades e assimetrias, que podem ter efeitos significativos sobre as práticas e valores culturais. Por exemplo, a valorização excessiva de determinadas formas de arte ou artistas (especialmente quando a responsabilidade sobre o fomento da cultura é terceirizada para o setor privado, como no caso das Leis de Incentivo Fiscal) pode levar à validação e ao reconhecimento institucional de apenas um conjunto limitado de valores e práticas culturais. Isso pode ter consequências negativas para a diversidade cultural, para a carreira de artistas independentes, e para a promoção de culturas locais e regionais.

Assim, a partir dessas referências teóricas e de pesquisas recentes, é possível começar a compreender a evolução dos estudos sobre políticas públicas para a cultura no Brasil, bem como a importância da reflexão sobre a internacionalização da cultura nesse contexto de crescente interconexão entre os países e de intensificação dos fluxos culturais transnacionais. No entanto, é importante lembrar que a internacionalização da cultura não deve ser vista como um fim em si mesma, mas sim como uma forma de ampliar a diversidade e o diálogo intercultural, preservando a identidade e a riqueza cultural de cada povo. Afinal, trata-se de um desafio complexo e multifacetado, que exige políticas públicas articuladas, transversais e baseadas em dados e estudos aprofundados sobre a cultura no país.

3. Conexão Cultura

Em 2016, foi instituído o programa Conexão Cultura DF, voltado para a promoção e a difusão da Arte e da Cultura produzidas no Distrito Federal, além da circulação, distribuição e intercâmbio, nacional e internacional, de agentes, bens e serviços culturais e criativos. Pensado na perspectiva da cultura como eixo transversal para o desenvolvimento, o Conexão Cultura utiliza recursos do Fundo de Apoio à Cultura do DF (FAC), principal instrumento de fomento às atividades artísticas e culturais da Secretaria de Cultura do DF e de outros fundos voltados para políticas culturais no território.

A iniciativa surgiu em meio ao cenário de intensa participação popular e de mobilização do setor cultural com a simultânea criação coletiva da Lei Orgânica da Cultura (LOC), e em consonância com importantes atores que pediam por uma visão sistêmica e orgânica para o setor no Brasil (Durand, 2001). Porém, muito mais que fruto de um debate teórico sobre cultura, o Conexão Cultura foi uma resposta direta às demandas de agentes do setor em favor da desburocratização do acesso a recursos para a circulação e formação continuada (passagens, diárias, entre outras necessidades).

É importante sinalizar que o programa não criou o objeto desse tipo de financiamento, tampouco "inventou a roda", mas ampliou o acesso a recursos a partir de instrumentos normativos que simplificaram o processo e, assim, abriram espaço para o posicionamento de Brasília enquanto "cidade criativa" a nível nacional e internacional. Nesta breve análise, buscamos entender a progressão da política do Conexão Cultura ao longo dos anos, suas principais conquistas e desafios.

Este exercício, em teoria bastante simples, mas inteiramente informado por fontes primárias (pesquisa em diários oficiais, conversas com formuladores da política, consulta a jornais, etc.), em função da inexistência de relatórios aprofundados disponíveis para o público, demonstra o desafio de se realizar pesquisas nessa área, sobretudo em locais fora do eixo Rio-São Paulo. Longe das grandes galerias brasileiras e das produtoras de maior relevância nacional e internacional, Brasília, entre conquistas e alguns retrocessos, ainda enfrenta a desvalorização de seu setor cultural, que se traduz no pouco cuidado com o mapeamento dos processos, das conquistas e de sua memória (Fialho; Goldstein, 2018).

3.1 A origem do programa

No segundo semestre de 2021, a Organização dos Estados Ibero-americanos, em conjunto com o Governo Federal, lançou um edital para a participação, como assistente, no Mercado das Indústrias Criativas (MICBR). Surgia a oportunidade de contribuir para uma ação que tinha como objetivo a internacionalização dos mercados criativos brasileiros, tópico que muito me interessava. Como assistente de mercado internacional, trabalhei juntamente à Daniela Diniz Tavares, coordenadora de Mercado Internacional do MICBR à época.

Ciente dos nossos interesses de pesquisa em comum, que envolviam sobretudo os processos de internacionalização dos setores culturais brasileiros, além do seu envolvimento na elaboração do Conexão Cultura no DF, agendei uma entrevista sobre esses assuntos ainda no mesmo ano. A partir dessa conversa, foi possível extrair algumas informações fundamentais para um mapeamento inicial da história da política que tanto me interessava.

Segundo Diniz², o embrião do Conexão Cultura surgiu em âmbito federal, após um deslocamento interno institucional do programa de diárias e passagens, antes conduzido pelo Ministério da Cultura, na Secretaria de Fomento e Incentivo Cultural (SEFIC), para dentro da então Secretaria de Economia Criativa, na coordenação de Mariana Soares. Essa mudança gerou a necessidade de um redesenho da política pública, com diretrizes claras, pautas e mecanismos de incentivo bem definidos. Assim, surgiu o Programa Conexão Cultura, um embrião do Conexão Cultura do DF.

A partir das linguagens artísticas que estavam sendo trabalhadas pelo Ministério, na época, foi desenhado o primeiro edital do Conexão Cultura para participação na Arco Madrid, uma feira de artes visuais renomada; no Santiago a Mil, um dos maiores festivais de teatro da América Latina, no Chile; entre outros festivais multissetoriais. Além disso, simultaneamente, foi criado o MICSUR, o Mercado de Indústrias Criativas do Sul, uma iniciativa que derivou do Mercado de Indústrias Criativas (MIC) da Argentina.

O MICSUR uniu dez países da América Latina para realizar um Mercado em Mar del Plata, em 2014. Nesse momento, segundo Diniz, foi “editalizada” a participação e, junto a alguns estados da Federação, foi enviada uma delegação de 120 empreendedores criativos. O programa já consistia em editais especializados para a participação em Mercados, cujos objetivos são gerar conexões e negócios entre

² Entrevista concedida em maio/2021.

investidores e empreendedores criativos, e um programa continuado de passagens para intercâmbios, residências, além de outros Mercados que não estavam contemplados no edital. Porém, a política não foi formalizada de forma robusta e de forma a garantir sua perenidade.

O programa de passagens e diárias era continuado, e já tinha uma pré-modelagem como herança da SEFIC. Por meio de reconhecimento da Consultoria Jurídica (CONJUR), órgão de assessoramento direto e imediato do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e dos Secretários, e da Advocacia-Geral da União (AGU), foi permitido que, ainda que em ano eleitoral, os empreendedores pudessem ser contemplados pelo programa de passagens e diárias para participar dos eventos. Em 2015, já com Juca Ferreira como Ministro da Cultura, a intenção era a manutenção do programa. Porém, em 2016, com o impeachment da então Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e a nomeação de Michel Temer como o novo Presidente, a política foi descontinuada. A ferramenta de passagens e diárias ainda existe, mas, de acordo com Diniz, não há notícias de que esteja sendo operacionalizada.

Em 2015, Diniz foi convidada pelo Secretário de Cultura do Distrito Federal, Guilherme Reis, junto à Mariana Soares, para compor a equipe da secretaria. Diniz entrou para a assessoria de políticas culturais, em parceria com Mariana, que foi nomeada Subsecretária de Políticas Culturais. Ainda em 2016, a subsecretaria já havia se tornado uma Subsecretaria de Promoção e Difusão Cultural. Então, surgiu a ideia de criar o Conexão Cultura DF.

Para Diniz, a pauta da participação internacional era muito natural para todos os envolvidos, pois existia uma vivência prática da sua importância na trajetória de um grupo artístico: quantas portas eram abertas, o quanto isso gerava uma qualificação do currículo e uma valorização do agente cultural no mercado, além do crescimento artístico ao se expor a outras referências e linguagens.

A importância do programa se dava na ampliação do leque de movimentações financeiras disponíveis aos agentes culturais a partir da abertura para outros mercados, mas também de uma qualificação técnica, por se conectar com a atualidade “no mundo” e expor a “atualidade brasileira” no âmbito externo, passando a ser uma vitrine da produção nacional no âmbito internacional. Uma via de mão dupla, porém de difícil aferição devido ao seu caráter qualitativo e subjetivo de longo prazo.

Não basta ir a um festival, é necessário ir a vários festivais, além de manter ativamente a relação com as pessoas, engajar com os *players* e com os curadores.

Tem que ter sempre material novo, investir nessa exposição via plataformas de comunicação, redes sociais e tradução. O financiamento da viagem em si não é capaz de garantir a ampliação efetiva do mercado. A ampliação, para além da presença dos agentes empreendedores nesses ambientes, deve se somar à articulação institucional para garantir espaços qualificados de visibilidade. Não adianta participar do WOMEX (World Music Expo) e ficar na casa mais distante do centro do evento, em um horário ruim e no qual as pessoas estão comprometidas com outras atividades dentro do Mercado. Fazer um *screening* numa mostra qualificada, ir para um festival em que, no seu *showcase* de dança, seja garantida a presença dos curadores. A presença no Teatro Municipal de Córdoba não surte os efeitos esperados se os *players* não estão no local para assistir. Dessa forma, como outras políticas públicas, as políticas culturais dependem de uma combinação de fatores de forma a ser bem sucedida. A representação institucional é essencial para que se logre estabelecer uma interlocução com as plataformas, trabalho que os agentes não conseguem fazer de maneira individual (Diniz, 2021).

Nesta linha, pode-se argumentar que o Conexão Cultura DF não visava apenas estratégia de mercado, mas todo o arcabouço de “externalidades positivas” que um contato fora do seu contexto original é capaz de oferecer dentro do espectro das artes. Como era uma política distrital, passou a ter o viés, também, de nacionalização. Então, ela visava, ainda, o acesso dos criativos do Distrito Federal ao mercado de São Paulo, de Pernambuco e de todo o Brasil.

Considerando o leque de externalidades positivas, o Conexão Cultura permitia o acesso a recursos para a realização de residências e intercâmbios, para que o agente pudesse conviver com grupos e instituições que estivessem na ponta do desenvolvimento das linguagens respectivas. No espectro formativo, era possível pleitear uma bolsa para mestrado ou doutorado, via Conexão, que podia ser cumulativa com outros programas federais ou de instituições privadas, caso permitissem. A partir do entendimento de que era importante distribuir recursos, ao contrário de concentrar muitos recursos em apenas um agente, havia a permissão de acumulação de recursos com o custeio logístico do Conexão. Afinal, o Conexão Cultura era eminentemente um programa de custeio logístico, a priori, que não pagava cachê ou outros custos - apenas hospedagem, alimentação e passagem.

Com a proposta de desburocratizar o acesso a recursos do Fundo de Apoio à Cultura, a primeira ação do Conexão Cultura foi a de reformulação das linhas de apoio

do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) para participação em eventos, circulação nacional e internacional e capacitação de atores e artistas. O foco inicial foi para, principalmente, os setores de música e audiovisual, vistos à época como os mais capacitados para a participação em feiras e mercados internacionais. O programa oferecia oportunidades tanto para a participação em eventos estratégicos previamente definidos, quanto na modalidade de edital contínuo, na qual o proponente deveria sinalizar a oportunidade de interesse.

Ainda no primeiro ano de existência, o Conexão Cultura DF facilitou a presença de agentes da cultura em eventos como o AME (Atlantic Music Exchange); em Praia (Cabo Verde); Jazzahead, em Bremen (Alemanha); Midem, em Cannes (França), Womex — World Music Expo, em Katowice (Polônia); Circulart, em Medellín, (Colômbia); Semana Internacional da Música de São Paulo (Brasil); Mipcom, em Cannes (França); Sunny Side of the Doc, em La Rochelle (França); Ventana Sur, em Buenos Aires (Argentina); e Festival de Berlim, Berlinale, em 2018 (Alemanha).

Instituído pela Portaria nº 158 de 20 de setembro de 2016, o programa, em conjunto com o Conexão FAC, revogou uma resolução (Resolução nº 3, de 3 de dezembro de 2013) que tratava dos procedimentos para aquisição de passagens e diárias e concessão de bolsas de estudo e capacitação e bolsas de pesquisa pelo FAC, dentro de cinco linhas de atuação:

I - circulação e distribuição, nacional e internacional de agentes, bens e serviços culturais e criativos; II - intercâmbio, nacional e internacional, de agentes culturais e criativos; III - criação e produção de eventos, feiras e plataformas, presenciais e virtuais, para a promoção de agentes, bens e serviços culturais e criativos; IV - participação institucional em eventos, feiras, mercados e festivais, para promoção e difusão da arte e cultura; V - capacitação para o empreendedorismo cultural, estratégias de difusão ou internacionalização, estimulando os negócios culturais e criativos; VI - produção de materiais de promoção da cultura do Distrito Federal, físicos ou virtuais.

O Conexão FAC contava ainda com três linhas de apoio:

I - linha de Concessão de Bolsas de Estudo, Capacitação, Pesquisa, R\$100.000,00 (cem mil reais); II - linha de Circulação Nacional, Internacional ou Mista, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); e III - linha de Participação em Eventos, R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

3.2 Conexão Cultura e a Lei Orgânica da Cultura (LOC)

Em 2017, o setor cultural do Distrito Federal assistiu a avanços estruturais históricos. As Leis Complementares nº 934 e nº 933 instituíram, respectivamente, a Lei Orgânica da Cultura e a criação das Fundações das Artes e de Defesa do Patrimônio. Na prática, as duas leis estruturaram o Sistema de Arte e Cultura do DF em três pontos: simplificação de seu entendimento por parte da população e dos trabalhadores da cultura, adesão ao Sistema Nacional de Cultura e criação do Fundo de Políticas Culturais (FPC), que, como define a própria Secretaria de Cultura, modernizou a gestão e fortaleceu "a participação social descentralizada e traz instrumentos capazes de garantir a manutenção e a sustentabilidade dos espaços culturais" (SECEC, 2021).

Nesse cenário de desburocratização e diversificação do acesso às fontes de recursos, foi atualizada a portaria que criou o programa Conexão Cultura. O segundo modelo do programa, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal Nº 77, em 23 de abril de 2018, simplificou ainda mais as regras e desburocratizou o repasse de recursos. Por meio do regime de bolsa de doação com encargos, os valores concedidos passaram a ser depositados diretamente na conta-corrente do proponente. Além disso, instituiu mais quatro linhas de apoio: educação patrimonial, formação artística, técnica e empreendedora, formação em política e gestão cultural e promoção de plataformas.

Os avanços foram perceptíveis tanto em termos de desburocratização, quanto pela ampliação do programa, com a adição da linha de promoção de Plataformas. A nova linha, possibilitou a ida de profissionais como produtores, curadores, entre outros, de fora do DF, para o território, aprofundando as conexões entre agentes locais, nacionais e internacionais, com o objetivo de conhecer a produção local mais de perto, além do contexto sociocultural em que essas produções são feitas.

Simultaneamente, acontecia o debate sobre a informatização do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal (FAC-DF) para que os projetos fossem facilmente localizados e sistematizados. Na primeira portaria do programa, por exemplo, havia uma limitação na quantidade de vezes que um mesmo Cadastro de Ente e Agente Cultural (CEAC) poderia usufruir do programa anualmente - ainda que em projetos distintos. Considerando que um agente poderia ter múltiplas habilidades, e que não seria coerente impedir que diferentes projetos pudessem participar do programa, no

segundo modelo, foi definida que a contemplação fosse avaliada por projeto, e não por proponente. Porém, a Secretaria não possuía recursos técnicos que pudessem mapear com precisão esse novo direcionamento. Isso exigiria uma informatização do FAC via plataforma interna que conseguiria localizar e sistematizar os projetos, o que não foi adiante.

4. Sistematização, análise e divulgação de dados das políticas públicas para a cultura no DF

Ainda que a LOC preveja sistematização, análise e divulgação de dados do Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal (SAC-DF), isso ainda não acontece de forma efetiva ou transparente, ou seja, simples, rápida e facilmente compreensível e acessível pela população. Em função disso, muito do conhecimento e do propósito das políticas culturais é perdido com as trocas de gestão da Secretaria, e as propostas da sociedade civil, por vezes, não são acatadas, na medida que muito do processo se perde.

Em conversas com gestores públicos, entre 2021 e 2023, também nos pareceu evidente a falta de clareza sobre os indicadores de desempenho do programa, para além dos dados que demonstram, apenas de forma nominal e quantitativa, os beneficiários da política. Atualmente, não há uma plataforma ou documento aberto à população que centralize os principais indicadores e resultados do Conexão Cultura ou outras políticas culturais no Distrito Federal, apresente estatísticas culturais, mapeie parcerias estratégicas já realizadas, ou mesmo que indique e descreva os projetos e agentes beneficiados de forma precisa.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os indicadores culturais ou conjunto de estatísticas culturais são cruciais para monitorar o progresso e avaliar o impacto de uma política cultural. Os indicadores são medidas quantitativas e qualitativas derivadas de uma série de fatos observados que podem revelar posições relativas em uma determinada questão de interesse. No contexto da análise de políticas, os indicadores são úteis para identificar tendências, chamar atenção para questões específicas e ajudar na definição de prioridades e monitoramento do desempenho.

A criação de indicadores culturais ainda é um desafio para muitos gestores, e há muita confusão sobre o que são os indicadores e como eles devem ser usados. Dito

isso, ao discutir a importância da coleta de evidências na formulação de políticas públicas culturais, é fundamental entender que essa prática não é exclusiva da cultura, mas sim central para todo o processo de tomada de decisão em políticas públicas. Em outras palavras, o fortalecimento da política cultural distrital e a descentralização da atuação estatal, representados por programas como o Conexão Cultura DF, precisam ser acompanhados da criação de mecanismos de monitoramento e avaliação que viabilizem uma atuação pública baseada em evidências e no envolvimento da população.

5. Conclusão

Esta pesquisa teve como objeto de estudo as políticas culturais, com ênfase no Conexão Cultura, um programa voltado à internacionalização e à nacionalização da cultura do Distrito Federal - uma iniciativa do Estado não intermediada por instituições privadas com fins lucrativos, como no caso das Leis de Incentivo Fiscal. Para este artigo, ciente da importância de programas neste modelo, que valorizam o papel fundamental e protagonista do Estado no incentivo à Cultura, nos propusemos a mapear e descrever o processo de elaboração da política, do âmbito federal ao distrital, e os principais entraves para o desenvolvimento da política cultural no DF.

Ao observar a evolução de uma política cultural específica, neste caso, o Conexão Cultura, foi possível identificar, justamente, a carência de estudos sistemáticos e disponíveis à população que sejam capazes de acompanhar, mensurar e avaliar a atuação do Estado no campo cultural, como descreve Calabre (2005).

A entrevista com formuladores da política e atuais gestores públicos, bem como a consulta aos Diários Oficiais e portais do Governo do Distrito Federal, foi fundamental para um primeiro mapeamento do que consideramos ser um vasto universo de pesquisa - de interesse não somente pessoal, mas público, por tratar-se de uma política que tem (e pode ter) profundo impacto na trajetória de agentes culturais do DF.

As informações reunidas ao longo do artigo demonstram não somente as dificuldades da gestão no Distrito Federal, mas um cenário generalizado no país quando se trata de políticas públicas para a cultura: o pouco cuidado com a memória organizacional, a baixa realização de estudos sistemáticos por parte do Estado e a inexistência de indicadores claros para o acompanhamento de determinadas políticas públicas.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, S. C. S. Ditadura militar brasileira e política nacional de cultura (PNC): algumas reflexões acerca das políticas culturais. **Revista Brasileira de Sociologia**, Vol. 4, Nº. 7, 2016, págs. 317-340.

BOTELHO, I. As Dimensões da Cultura e o Lugar das Políticas Públicas. **São Paulo em Perspectiva**, 15 (2), 2001.

CALABRE, L. **Política cultural no Brasil: um breve histórico**. In: Políticas culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

COELHO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras/Fapesp. 1997. Acesso em: 10 abril 2023.

FERNANDES, J. R. O. **Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)**. In: Seminário Internacional Políticas Culturais: Teorias e Práxis. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2010.

FIALHO, A. L.; GOLDSTEIN, I. Conhecer para atuar: a importância de estudos e pesquisas na formulação de políticas públicas para a cultura. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n.13, p. 25-32, set. 2012. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

FIALHO, A. L. Mercado de Arte Global, Sistema Desigual. São Paulo: **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, nº 9, 2019.

ORTELLADO, P.; LIMA, L.; SOUZA, V. **O que são as políticas culturais?** Uma revisão crítica da atuação do Estado no campo da cultura. IV Seminário Internacional de Políticas Culturais, Fundação Casa de Rui Barbosa, 16 a 18 de outubro de 2013.

UNCTAD. Creative Economy Outlook 2022. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctsce2022d1_en.pdf Acesso em: 1 maio 2023.

MORO, J. R. O. Entrevista com João Moro, Subsecretário de Fomento e Incentivo Cultural do DF, maio 2023.